

Brasil: Fortalecendo a Resiliência por Meio de uma Estratégia Inovadora com Base em Renda

por Bruno De Conti, Universidade de Campinas, Brasil

Países periféricos costumam enfrentar consideráveis problemas econômicos resultantes de fatores externos. O Brasil é um exemplo disso, visto que sua economia sempre foi extremamente afetada pelas crises internacionais. Tanto a crise da dívida externa dos anos de 1980 quanto a crise da “globalização financeira” dos anos de 1990 fizeram com que o capital privado parasse repentinamente de fluir para o Brasil, exigindo políticas domésticas restritivas e resultando em uma queda do dinamismo econômico e em taxas crescentes de desemprego.

Embora a crise mais recente seja considerada a “maior crise econômica desde 1929” e a economia brasileira tenha demonstrado alguma resiliência em razão da estratégia inovadora com base em renda, a situação atual é bastante diferente. Para compreendê-la, é preciso analisar duas dimensões dessa resiliência: a externa e a interna.

A dimensão externa: de 2003 a 2007, o crescimento econômico mundial foi muito elevado, liderado principalmente pela China e seu comércio internacional. Esse ambiente externo benéfico foi particularmente positivo para os exportadores de *commodities*, cujas balanças comerciais alcançaram recordes históricos.

O Brasil soube aproveitar o contexto para obter superávits da conta-corrente, o que permitiu que o governo adotasse uma estratégia agressiva de acúmulo de reservas de divisas, que aumentaram de USD39 bilhões, em janeiro de 2003, para USD208 bilhões, em setembro de 2008. Com isso, quando a Lehman Brothers faliu, a economia brasileira estava relativamente bem protegida no campo exterior. A breve “parada súbita” de 2008 foi seguida por uma “súbita reversão” (BIANCARELLI, 2012), e as reservas internacionais do Brasil começaram a crescer novamente.

A dimensão interna: O importante, contudo, é que a resiliência brasileira não se limitou à dimensão externa. Apesar de ter vindo inicialmente do campo exterior, o estímulo econômico foi internalizado. A ideia por trás das políticas do governo encabeçadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de um “mercado de consumo de massa”, poderia ser vista como um mercado dinâmico. O estímulo externo mencionado anteriormente facilitou o fomento do mercado interno pelo governo, sobretudo por meio da expansão das políticas sociais. As mais importantes são:

i) O Programa Bolsa Família: resultado da unificação de vários programas de transferência de renda dirigidos ao combate da pobreza e da fome por meio de transferências monetárias diretas a famílias pobres. Embora o programa forneça quantias módicas às famílias, alguns pesquisadores afirmam que o efeito multiplicador tem sido de, aproximadamente, 1,8. O programa cresceu rapidamente, atendendo a cerca de 6 milhões de famílias em 2004 e 14 milhões em 2012 (aproximadamente, 25 por cento da população do Brasil). O custo do Bolsa Família, em 2012, ficou próximo de 0,5 por cento do PIB brasileiro, um programa de custos extremamente baixos, considerando-se seu alcance e sua importância para a sociedade brasileira.

ii) Política de salário-mínimo: entre 2003 e 2010, a média anual do crescimento real do salário-mínimo foi de 6,6 por cento (2 pontos percentuais acima da média de 1995-2002). Esse fato é particularmente importante para o Brasil, uma vez que o salário-mínimo serve de referência para quase um quarto da população.

Além dessas duas políticas, outras medidas também tiveram um papel importante no fomento do crescimento econômico e fortalecimento da resiliência econômica. São elas: a política de crédito, com importante participação dos bancos públicos, que aumentaram a oferta de crédito de 25 por cento do PIB, em 2003, para 45 por cento em 2010; investimentos públicos, principalmente por parte de empresas estatais; e o aumento da formalização no mercado de trabalho, com a criação de 13 milhões de empregos formais entre 2003 e 2012.

As conquistas dessas políticas têm sido notáveis. Estimativas mostram que, entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010, a pobreza no Brasil teve uma queda de 50,7 por cento. Este fato significa que o Brasil atingiu um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em oito anos. No entanto, o que realmente constitui uma novidade na economia brasileira é que o processo foi resultado do crescimento econômico junto com a redistribuição da renda. O Índice de Gini brasileiro caiu de 0,58, em 2003, para 0,53, em 2012.

Distribuição de renda: mais que uma questão social, um forte motor econômico

Todos esses fenômenos interconectados criaram um círculo virtuoso de distribuição de renda e crescimento econômico. É importante que isso seja enfatizado, visto que é uma novidade na história do Brasil e algo raramente visto no mundo de hoje. Além disso, permitiu que a fonte do dinamismo da economia fosse internalizada: se, no período de 2003-2004, a principal contribuição para o PIB veio das exportações, elas foram substituídas, na sequência, pelo consumo doméstico. Nesse contexto, a economia brasileira mostrou-se muito mais resiliente aos efeitos negativos da crise financeira de 2008.

Hoje, a vulnerabilidade externa do Brasil é menor que em 2002. Biancarelli (2012) mostra que os dados de 2002 e 2012 foram, respectivamente, reservas internacionais/dívida externa: 20 por cento vs. 119 por cento; dívida externa/PIB: 45 por cento vs. 15 por cento; dívida externa/exportações: 3,5 por cento vs. 1,3 por cento. Além disso, houve um aumento na participação do investimento direto estrangeiro nos fluxos de contas financeiras e passivos externos denominados em Reais brasileiros, ao invés de Dólares dos Estados Unidos. Internamente, apesar da desaceleração do crescimento econômico, a taxa de desemprego tem se mantido em queda, atingindo um patamar mínimo histórico de 4,3 por cento, em dezembro de 2013.

A primeira pergunta importante que precisa ser feita é: as conquistas vão durar para sempre? A resposta é “não”. Elas dependem da [vontade política](#) e do [crescimento econômico](#). A segunda pergunta importante é: deve-se considerar que esse modelo de crescimento está exaurido? Novamente, do ponto de vista deste texto, a resposta é “não”. No entanto, a sua sobrevivência dependerá de taxas altas de investimento, tanto público quanto privado, principalmente em infraestrutura.

O Brasil permanece um dos países mais desiguais do mundo. Continuar reduzindo essas desigualdades ainda é uma questão de [justiça social](#) e, ao mesmo tempo, um motor de [crescimento econômico](#). A realização dessa tarefa precisa continuar por dois canais complementares: a redistribuição de renda e a melhoria na qualidade dos bens e serviços públicos.

Referências:

BIANCARELLI, A. M. Uma nova realidade do setor externo brasileiro, em meio à crise internacional, *Texto para discussão*. Campinas: Rede Desenvolvimentista, 2012.

DE CONTI, B. M. The Main Trends in the Brazilian Economy over the Last Ten Years, *Berlin Working Papers on Money, Finance, Trade and Development*, n. 06/2013. Berlin: Hochschule für Technik und Wirtschaft, 2013. Disponível em: <http://daadpartnership.htw-berlin.de/fileadmin/working_paper_series/wp_06_2013_De_Conti_The_Main_Trend_in_the_Brazilian_Economy.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.